

Senhor Dr. Ragendra de Sousa, Vice-Ministro da Indústria e Comércio,

Dr. Leonardo Simão, Presidente do Conselho de Administração da Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios,

Senhor Julião Dimande, Presidente da Câmara do Comércio de Moçambique,

Senhora Mariza Ferreira, Representante da Embaixada do Reino da Dinamarca,

Senhores Membros do Conselho de Administração e de demais órgãos sociais da Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios,

Ilustres Convidados,

**Minhas Senhoras, e
Meus Senhores,**

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pelo vosso convite para participar neste evento de lançamento público da Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios e convosco partilhar algumas reflexões.

É bem-vinda a iniciativa da criação desta nova instituição Moçambicana. A história do desenvolvimento dos países mostra que este processo é concebido, liderado e realizado por cidadãos comungando interesses comuns ou afins e agrupados em instituições, públicas e privadas, pequenas, médias e grandes. Não há outro caminho. Por isso, quanto maior for o número de instituições que enquadrem os cidadãos na canalização da sua boa vontade, saber, talento e esforços para a sua efectiva participação no desenvolvimento do nosso país, melhor para o presente e futuro de cada um de nós.

Nos últimos anos temos constatado, com tristeza, que o lugar classificativo de Moçambique no *Doing Business* do Banco Mundial não tem sido honroso. Podemos argumentar sobre possíveis defeitos técnicos da metodologia de classificação e insuficiências na colheita de dados fiáveis, mas a verdade nua e crua é não estamos bem e isto é reconhecido por todos nós, particularmente pelo nosso Governo, que tem liderado e participado em inúmeras iniciativas destinadas a identificar as causas e soluções para este enorme desafio ao nosso desenvolvimento.

Na verdade, nos dias de hoje, poucos serão aqueles que acreditam que, na actual ordem económica mundial, seja possível desenvolver países como Moçambique sem investimento privado. É justamente por se reconhecer que o seu papel no desenvolvimento nacional é indispensável que o discurso político dominante é o da atracção e encorajamento do investimento privado, nacional e estrangeiro.

Vários têm sido os eventos e outras iniciativas afins que, ao longo dos últimos muitos anos, são levados a cabo para atrair investimento, sobretudo investimento privado, com a participação e liderança do Chefe de Estado, de outros dirigentes de nível central e provincial. Mais recentemente, assistimos a iniciativas de promoção de investimento por alguns distritos, como é o caso da Namahacha, Magude e Matutuine, na Província de Maputo. Por outro lado, acordos promotores e protectores de investimentos têm sido assinados entre o Governo de Moçambique e os seus parceiros, nacionais e estrangeiros, públicos e privados, bilaterais e multilaterais.

Estas iniciativas são levadas a cabo porque acreditamos todos que o caminho da transformação do nosso potencial em riqueza, em particular do nosso potencial natural, passa pelo investimento, no qual o investimento privado deva ocupar lugar de relevo. Como país queremos e dizemos que queremos investimento e que o investimento é bem-vindo. Contudo, quando olhamos para trás e fazemos o balanço dos resultados obtidos, não podemos evitar um sentimento de frustração, um sentimento de que os nossos esforços, individuais e colectivos, não têm produzido os resultados que queríamos, os resultados que esperávamos.

As razões que têm sido identificadas para este insucesso são muitas e variadas, que vão desde um quadro legal inadequado e deficiente, com excessiva burocracia, instituições fracas, deficientes infra-estruturas, entre muitas outras. Nesta minha curta intervenção vou-me debruçar sobre a fraqueza das nossas instituições, em particular da Administração Pública, na qual é figura dominante o Funcionário Público ou Agente do Estado. O funcionário ou agente do Estado é uma entidade fundamental e central na relação entre o agente económico e o Estado. Ele está presente não apenas durante a fase de investimento inicial do seu projecto, mas também durante a vida do negócio daí resultante.

Senhor Vice-Ministro,
Caros Participantes,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

É experiência comum e frequente dos agentes económicos, na sua interacção com a Administração Pública para a realização dos seus negócios, serem tratados com indiferença, desconfiança ou suspeição por funcionários e agentes do Estado. O agente económico, não poucas vezes, é tratado como alguém que vem incomodar e perturbar o sossego do funcionário; o operador económico é visto e tratado como suspeito de procurar algo que é proibido ou ilegal, suspeito de não ser competente para realizar negócio sério e honesto. Em casos extremos, há mesmo hostilidade e bloqueio na satisfação da demanda do operador económico ao Estado. Quando o agente económico que demanda serviços é nacional, o tratamento negativo a que está sujeito pode ser bem pior.

As atitudes negativas destes funcionários e agentes do Estado podem fazer arrastar por tempo longo, por vezes anos, investimentos que podiam ser feitos em poucos meses. Não poucas vezes, intenções de investimento ou desenvolvimento de negócios são frustrados, com elevados custos, não só para as empresas, mas também e sobretudo para a sociedade, pelas oportunidades perdidas de criação de novos postos de trabalho, arrecadação de mais receitas para o Estado, que iriam financiar mais unidades sanitárias, escolas, fontes de abastecimento de água, estradas, etc.

Dito por outras palavras, atitudes negativas de funcionários e agentes do Estado contribuem para manter e até agravar o estado de atraso económico e social do país. As faces deste atraso incluem a criminalidade, a desigualdade e exclusão e a corrupção, podendo até gerar conflitos de natureza política, alimentados pelos sentimentos de injustiça e exclusão que os acompanham.

Este problema da prevalência de atitudes desencorajadoras e de bloqueio ao investimento e realização normal de negócios é sério e grave, pois frustra grande parte dos esforços e iniciativas que o país realiza para atrair estes recursos, num mundo cada vez mais competitivo. Como dizem alguns investidores, sentem que caíram numa armadilha, ao serem convencidos e atraídos pelos argumentos dos governantes e outros agentes estatais a investir no país, para em seguida verem as suas intenções grandemente dificultadas ou mesmo frustradas por funcionários!

O que aumenta a frustração dos agentes económicos é a impunidade que parece acompanhar esta sabotagem aos esforços de desenvolvimento comum. Na verdade, não há notícia de um funcionário ou agente do Estado ter sido sancionado porque impediu, por acto ou omissão, que um investimento legítimo ou negócio tivesse tido lugar.

Estas acções de verdadeira sabotagem ao desenvolvimento habitualmente estão associadas à corrupção, através da indução de suborno, mas há cada vez mais sinais inquietantes de atitudes de tribalismo, regionalismo e outros factores de divisão, que podem pôr em risco a paz e estabilidade que todos desejamos. A paz é um bem público, é um bem comum que todos e cada um de nós é chamado a proteger e a preservar.

Contudo, devemos reconhecer que o problema da prevalência na administração pública de atitudes desfavoráveis e desencorajadoras do investimento e da prática de negócios ilícitos não é exclusivo de Moçambique. Ele é vivido em vários países, sobretudo países em desenvolvimento, que, paradoxalmente são aqueles que mais precisam de investimento, mas isto não nos deve servir de consolo e conforto, porque o nosso objectivo deve ser o de nos afastarmos, tanto quanto possível, do pouco dignificante centésimo trigésimo sétimo (137º) lugar que ocupamos no *Doing Business*. Todos conhecemos e vivemos este problema, há consciência do seu impacto negativo, mas o que espanta é que não faz parte dos critérios ou parâmetros do *Doing Business*.

Mas como há pouco dizia, o problema é sério e pode ditar o nosso futuro. A história universal regista casos de países que fizeram parte do clube de países avançados, numa determinada época e depois estagnaram, até durante séculos. Quando se compara os que continuaram a progredir com estes que estagnaram, entre muitos outros factores, está a qualidade das relações entre os governos e governados, isto é, a preponderância de atitudes positivas ou negativas nessas relações.

Contudo, em abono da verdade e da justiça, devo dizer que, na função pública, há funcionários públicos sérios e competentes e não são poucos, de contrário a nossa situação seria bem pior. São funcionários zelosos no seu trabalho, que não descansam enquanto não resolvem o problema que o seu cliente lhes veio colocar. Infelizmente o bom trabalho que estes trabalhadores realizam é ofuscado pelos seus colegas maus.

Como cidadãos, os funcionários e agentes do Estado não são necessariamente más pessoas. São nossos familiares, amigos, colegas e vizinhos. Com eles frequentamos os mesmos clubes e igrejas e também com eles participamos nos mesmos eventos sociais e culturais. Portanto, aqui não estão em causa pessoas, mas sim a atitude destas pessoas na sua qualidade de representantes do Estado na sua interacção com os cidadãos que querem investir ou prosseguir os seus negócios, num ambiente normal.

As atitudes desfavoráveis ao investimento e realização de negócios nasceram e se consolidaram no período colonial, durante o qual as normas legais então existentes eram a tradução de uma relação áspera entre o Estado e os cidadãos, singulares e colectivos, pois, pela sua natureza, aquele Estado era basicamente uma entidade repressiva e agressiva. Como prática quotidiana, aquele Estado colonial fazia cumprir as suas normas através da ameaça e repressão, e não pelo diálogo educativo e motivador. Neste quadro de relacionamento, o funcionário, em tanto que agente desse Estado, também era típica e frequentemente áspero, arrogante e ameaçador.

Nos primeiros tempos da nossa Independência, a atitude, o discurso oficial e as políticas do Estado moçambicano não eram favoráveis ao investimento e negócio privados, sendo os agentes económicos frequentemente vistos como agentes da *exploração do homem pelo homem*, no quadro da ideologia então vigente, na qual o Estado deveria ser e permanecer o principal agente económico. O papel do sector privado, como motor principal do crescimento

económico nacional, não só não era reconhecido, como era também desencorajado. O funcionário era o agente do Estado responsável pela implementação destas políticas públicas hostis ao sector privado, assim reforçando a cultura institucional que já vinha do período colonial.

A Constituição de 1990 veio criar uma ordem política e económica novas, abrindo espaço ao investimento privado, nacional e estrangeiro. Neste quadro, muita legislação foi adoptada, mas alguma desta legislação reflectia uma gestão cautelosa da transição de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado, na qual o sector privado assume um papel central.

A gestão destas mudanças profundas na nossa sociedade centrou-se mais na produção legislativa e criação de novas instituições, sendo pouca ou nula a atenção dada à necessidade de implementar programas de **educação** do funcionário, para nele desenvolver-se uma nova postura e atitudes, mais adequadas e alinhadas com as novas características do Estado e assegurar a implementação do seu programa, com sucesso.

O esforço de formação havido foi mais na área do conhecimento das novas normas legais do que na educação da psicologia do funcionário que as novas regras da economia exigiam. Assim, surgiu um desalinhamento entre a nova política económica do Estado, por um lado e a postura geral dos seus agentes implementadores, por outro. Neste quadro de contradição, o Estado abre espaço e convida o agente económico a ser a força motriz do desenvolvimento económico, mas na mente, no subconsciente e na cultura profissional do funcionário este operador económico continua com a conotação negativa do passado, devendo, por isso, ser combatido, em vez de apoiado.

Por isso, para sermos justos, podemos afirmar que foi o Estado que, no devido tempo, não reconheceu esta necessidade educacional nova do seu agente e por conseguinte não tomou as medidas que se impunham. Mais tarde, quando se deu conta do problema, o Estado apenas passou a fazer críticas e exortações políticas a estes seus representantes, com os resultados pobres que hoje nos afectam.

Senhor Vice-Ministro,
Caros Participantes,

Todas as áreas de actividade demandam dos seus agentes uma postura e atitude próprias, que não são espontâneas, mas sim, resultantes de uma educação formal ou informal. Assim, a atitude própria de um professor, de um enfermeiro, de um juiz ou de um agricultor, e por aí fora, cada uma delas está em harmonia com a respectiva área de actividade.

Neste contexto, para o desenvolvimento nos funcionários e agentes do Estado de posturas e atitudes adequadas à área específica do investimento e negócios, proponho as seguintes medidas:

1. Desenho e implementação de programas de formação/educação dos funcionários, de todos os níveis da Função Pública, a começar por aqueles cuja actividade está directamente relacionada com o investimento e realização de negócios, de modo a torná-los apoiantes e catalisadores das actividades económicas, ao seu nível. Esta formação seria prioritariamente administrada, em cada sector e repartição aos funcionários cujo trabalho é relevante na facilitação dos investimentos e negócios.
2. Desenho e implementação de um sistema de registo, acompanhamento regular e prestação de contas sobre investimentos propostos e outras actividades de negócios, em cada sector e em cada nível. Com o sistema proposto, em cada sector haveria um

acompanhamento, a par e passo, do processo da realização dos investimentos, com atempada identificação e eliminação de eventuais obstáculos.

Neste contexto, recomendo que Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios estabeleça parcerias com as entidades competentes para o aprofundamento do tema abordado, que não ficou esgotado nesta intervenção, bem como no desenho e implementação das soluções que aqui sugiro. Juntamente com outras iniciativas, a transformação da mentalidade e atitudes negativas dos funcionários e agentes do Estado será uma contribuição valiosa para o desenvolvimento de um Estado amigo dos cidadãos, facilitador e protector das suas iniciativas de negócios e de outros interesses legítimos. Vencendo esta batalha, Moçambique terá um clima de negócios melhorado e o seu crescimento económico e desenvolvimento sustentável serão uma realidade tangível.

Desejo os maiores sucessos à Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios.

Agradeço a vossa atenção